

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA NA HISTÓRIA E A CULTURA REPUBLICANA NAS OBRAS DE ALUÍSIO AZEVEDO

Jéssica Ramalho Crispiniano<sup>1</sup>

Em seu trabalho publicado em 1983, o historiador espanhol Xavier Gil Pujol destaca que num âmbito geral, ainda que a história política não tenha deixado de ser praticada nos últimos anos, o interesse por ela e as formas de abordá-la não eram mais os mesmos. (PUJOL, 2006). De acordo com Stone “Na prática, a grande massa dos historiadores continuou a se dedicar à história política, como sempre haviam feito, mas não é aí que, de modo geral pensava-se residir a ponta de lança da profissão”. (STONE, 1991, p. 8).

Ao considerar as últimas produções das décadas anteriores, Pujol aponta que os estudos em história política, em um sentido mais amplo, haviam sido delineados com outros enfoques e em outras áreas como as abordagens sociais e econômicas. A renovação e progresso da investigação histórica se afastaram dos estudos de feitos políticos. Esses progressos experimentados com foco em outras áreas que passaram a ser praticadas em várias escolas e o descrédito da história positivista e *historicisante* ajudavam a explicar os motivos pelos quais a história política passou a ser menos atraente. Pujol cita a Escola dos *Annales* francesa, a Social History inglesa e norte americana, além da História marxista, e explica que a partir de pressupostos historiográficos distintos essas produções subordinavam ou até desdenhavam dos feitos políticos.<sup>2</sup>

Considerando o destaque da Escola dos *Annales* ou movimento dos *Annales*<sup>3</sup> nesse sentido da crítica a história política, pode-se dizer que os historiadores ligados a esse movimento criticavam a história tradicional ao longo dos anos em vários aspectos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no PPGH/UERJ, bolsista CAPES, e-mail: [jessicaramalhoturismo@gmail.com](mailto:jessicaramalhoturismo@gmail.com)

<sup>2</sup> PUJOL, Xavier Gil. Op.cit., nota 1, p. 73-75.

<sup>3</sup> Segundo Burke (1997) Essa escola é, a miúdo, vista como um bloco monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos indiferente à política e aos eventos. Esse estereótipo dos *Annales* ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo. Talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dentre as mudanças visadas por esses autores estava a colaboração com outras disciplinas como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e várias outras, que também ganhavam destaque. Uma das questões apontadas por eles era a tendência da história política a focar em eventos específicos inscritos na curta duração, a nova proposta seria uma substituição da história dos acontecimentos. Além disso, havia uma preocupação em relação aos agentes priorizados na investigação histórica, a história tradicional seria uma história que focava nas elites, nos governantes, naqueles que estavam no poder, a nova proposta era voltada para o estudo de todas as atividades humanas, não apenas a política. (BURKE, 1997). Neste trecho de sua obra Burke demonstra esse pensamento de alguns historiadores:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não poderia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. (BURKE, 1997, p. 7).

Com efeito, depois do enorme revisionismo causado pela adoção dos métodos do que Stone (1991) chama de nova história, ele explica que os novos historiadores estavam retornando a narrativa<sup>4</sup>, de uma forma diferenciada daquela anterior, pois na verdade tratava-se do reconhecimento de que ao priorizar certos assuntos e métodos, outros eram eliminados. Esse estilo de fazer história não retorna completamente como era antes, porém algumas características que haviam sido rejeitadas são reavaliadas e resgatadas.

Pujol (2006) aponta para um alerta mais recente da importância de se resgatar a dimensão política da História.

De acordo com Burke (1991, p. 103), a terceira geração dos *Annales* foi uma reação contra Braudel e contra formas de determinismo, e estava associada a “cultura política” de ideias e mentalidades. Burke nota que graças a Foucault o retorno à história política se estendeu para a “micropolítica”, além disso, Burke também aponta para esse processo de renovação da história política.

---

<sup>4</sup> O termo narrativa na obra de Stone, é utilizado como uma chave para um conjunto de maneiras de produção da história, que pode estar associada a História tradicional.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Considerando o mencionado processo de renovação da história política, a preocupação com os problemas apontados pelas outras gerações do movimento dos *Annales* permanece, porém as deficiências atribuídas à história tradicional não são mais necessariamente conectadas com estudo da história política. A história política poderia ser estudada com diferentes ritmos de duração e não precisaria ser uma história com foco somente nos agentes do poder. Em seu trabalho sobre a cultura política Néspoli conclui que:

Coube, deste modo, aos historiadores da 3ª geração dos *Annales* (1968-1989) desfazer a confusão entre método e objeto que predominava na historiografia *annalista* acerca do estudo da história política, demonstrando que este tipo de história não é forçosamente factual nem está condicionada a sê-lo. Assim, o desafio para a história política consistia em superar a abordagem tradicional (narrativa e concepção institucional do poder) e assimilar a noção dos *Annales* de que a história é composta por uma pluralidade de tempos com diferentes ritmos de “duração” (NÉSPOLI, 2015, p. 364).

A apropriação de métodos e conceitos de outras áreas fez parte desta renovação, e a terceira geração dos *Annales* estava associada ao conceito de “cultura política”.

A relação entre cultura e a vida política aparece desde Tocqueville e Montesquieu e até mesmo dos filósofos clássicos. Mas a utilização do conceito moderno de “cultura política”, ainda que aparecesse de forma intermitente, poderia remontar as décadas de 1950 e 1960, com uma primeira aparição sistemática em produções no contexto dos cientistas sociais americanos. Vinculada à teoria de modernização, a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture* se destaca como produção de grade expressão no que se refere a essa perspectiva do conceito. (BAKER, 2006, p. 90).

A adoção do conceito de cultura política por historiadores especialmente, na década de 1970, se mostrou uma apropriação eficiente no contexto de renovação da história política, justamente por seu foco na sociedade, ajudando nas mudanças desejadas por esses autores em legitimar a importância do estudo dos comportamentos, dos valores e práticas da sociedade perante o Estado em detrimento de estudos que focassem apenas nas ações dos agentes do poder. No caso deste artigo, ilumina-se a agência dos literatos como indivíduos engajados politicamente e muitas vezes preocupados com a legitimação e desenvolvimento de determinadas ideias e soluções que em seu desdobramento demonstram suas expectativas políticas e corroboram para a consolidação de determinadas culturas políticas.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Da análise de algumas obras literárias delinea-se a participação dos diversos grupos da sociedade nesse processo, através da adoção de novas referências que se expressam pela mudança de valores, práticas e comportamentos que favorecem o processo de hegemonização de uma cultura política. No entanto, não apenas as mudanças de perspectiva aparecem por meio das tramas, mas concomitantemente as tensões entre as diferentes culturas políticas e as disputas que se apresentam através dos diversos discursos e práticas dos personagens.

Ao se apropriar do conceito, a princípio trabalhado pelas Ciências Sociais norte-americana com ênfase nas relações entre Estado e Sociedade, os historiadores incorporaram a ele concepções do estudo de História. (NÉSPOLI, 2015). De acordo com Serge Berstein, há uma razão para uso bem sucedido do termo cultura política.

E se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos. (BERSTEIN, 1998. p. 350).

A referida complexidade mencionada por Berstein revela-se no alvorecer na república brasileira. Quando aquela que foi tão desejada e promovida por muitos acaba por decepcionar, ou ao menos frustrar em certa medida muitos daqueles que trabalharam e acabaram por favorecer a hegemonia da cultura republicana. Ocorre que embora houvesse um desejo em comum, a efetiva operação da mudança de regimes envolvia anseios diversos. Como reflexo de uma sociedade complexa, a parcela daqueles que defendiam a república, embora compartilhassem interesses em comum enxergava a sua execução de maneira diferente. Não era um grupo de ideias homogenias, tão pouco, seria um grupo onde todos ficariam satisfeitos após a implementação do novo regime. Assim como demonstra a fala de Sevchenko (1999, p. 25), operou-se através da eliminação de determinados grupos da cena política “[...] como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime, aqueles que pecavam quer por demasiada carência, quer por excesso de ideal republicano.”

É interessante destacar a abordagem de Berstein (1998), que explica a possibilidade de certa intercessão de culturas numa mesma nação. O autor defende que diversas culturas podem partilhar valores semelhantes, no caso desse compartilhamento se expandir para um grande número de culturas tem-se uma cultura dominante como é o

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

exemplo da cultura política Republicana no início do século XX, embora outras culturas coexistissem com ela.

Na fala de Alfredo Bosi (2006, p. 166), sobre o que ocorria na Europa culta a partir de 1860, pode-se observar o que ele denomina como “duas vertentes ideológicas”, que seriam o pensamento burguês, conservador; e o das classes médias, ou de forma mais rara, o pensamento de consciência de classe do proletariado que se expressam através das várias nuances de liberalismo republicano e socialismo. Bosi também explica o socialismo desse contexto como uma forma de canalizar a “agressividade romântico-liberal das classes médias contra o mundo dos altos negócios.”

Ao se debruçar sobre a utilização do conceito de cultura política, alguns historiadores demonstram através de suas reflexões sobre o tema, definições e formas de operacionalização do conceito, a fim de explorar a sua contribuição para a produção historiográfica.

Serge Berstein (1998) destaca a importância de René Rémond, que segundo o autor, serviu como inspiração nesse processo de renovação da história política, que evocava o conceito de cultura política.

Além das várias razões já mencionadas, outras questões aparecem como justificativas para o surgimento de novas abordagens no que se refere à história política. René Rémond trás esse questionamento:

Certamente, cabe perguntar se o político, na sua consistência e em seus modos de intervenção, não evoluiu bastante no decorrer das eras para pedir diferentes abordagens segundo os períodos. Está bem claro que, desde que o governo é um governo de opinião, o político apresenta aspectos bem diferentes daqueles dos tempos em que a decisão era atributo de um pequeno número. Sob o Antigo Regime é o domínio do secreto, enquanto que em princípio, na democracia, ela faz parte do espaço público. (RÉMOND, 1999, p. 53).

Outros autores como Rosanvallon (1995), também conectam a necessidade de novas abordagens relacionadas à história política com as mudanças políticas ocorridas na sociedade, sobretudo aquelas relacionadas à emergência de sistemas democráticos.

Há uma discussão metodológica sobre o “retorno do político”, que está relacionada a um desencantamento com as ciências sociais e ao aparecimento da filosofia, que em detrimento, de certa forma, da sociologia e da antropologia, se

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apresentaria como um novo fio condutor para compreensão dos problemas das sociedades contemporâneas. (ROSANVALLON, 1995, p. 40). Rosanvallon (1995, p. 42), fala sobre uma nova história do político que seria “a história filosófica do político”. Filosófica por lidar com “conceitos incorporados à auto representação da sociedade, tais como igualdade, soberania, democracia, etc.[...]” O autor fala da abrangência de fontes que podem ser levadas em conta pela história filosófica do político para tentar dar conta da complexidade da cultura política.

A história filosófica do político segue a história das mentalidades, ao preocupar-se em incorporar todos os elementos que produzem este objeto complexo que é a cultura política: o modo de leitura por que grandes textos teóricos são lidos, mas também a atenção as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, panfletos e discursos parlamentares, emblemas e signos. (ROSANVALLON, 1995, p.43).

Para a história filosófica do político, segundo Rosanvallon (1995), nenhum objeto pode ser considerado alheio. Esse tipo de história teria um caráter multifacetado. Ela reuniria os materiais empregados, separadamente, por historiadores de vários campos, como das ideias, das mentalidades, das instituições e dos eventos. Ele também chama atenção para necessidade de se investigar o desenvolvimento da linguagem e a história das palavras.

Essa preocupação com a linguagem nos remete a abordagem de Baker no que tange ao termo cultura política e sua mobilização pelos historiadores. Alguns autores mencionam obras de François Furet, exemplificando esse retorno ao político. René Rémond (1999), ao citar o volume *Histoire de la France* da Hachette, considera que a sociedade está ausente nesse trabalho, a seu ver essa é uma história quase política demais que necessitaria de retorno da história da sociedade.

Após também analisar trabalhos de Furet, tanto Rosanvallon como Baker demonstraram que o termo cultura política, embora tenha sido uma apropriação de outra área, foi mobilizado pela História de maneira bem distinta. Nota-se com os comentários dos autores sobre trabalhos de Furet, as novas perspectivas que poderiam florescer ao tratar sob a chave da cultura política, temas já trabalhados como a Revolução Francesa.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Rosanvallon (1995), a obra *Dicionário crítico da Revolução Francesa*<sup>5</sup> de Furet desarticulou a historiografia reivindicada pelos marxistas. Em oposição à perspectiva de que a Revolução Francesa seria o protótipo da revolução comunista, na perspectiva de Furet, a Revolução seria um longo processo de deslocamento da França em direção à democracia.

Baker (2006) aponta para intenção de Furet em revitalizar o conceito como alternativa a interpretação marxista da Revolução Francesa, o que em seu desdobramento destacava interpretações ligadas à semiótica e a linguagem para compreensão do tema. A definição construída por Baker para o termo cultura política, também encoraja interpretações que estão ligadas a leitura dos significados imbricados nos discursos e nas práticas simbólicas. Baker expõe sua definição:

Eu concebo a política como algo que tem a ver com a formulação de demandas, como a atividade através da qual os indivíduos e os grupos de qualquer sociedade articulam, negociam, implementam e impõem as demandas respectivas que se fazem entre eles e o conjunto. A cultura política é, nesse sentido, o conjunto de discursos, ou práticas simbólicas, mediante os quais se realizam essas demandas. (BAKER, 2006, p. 94).

Com efeito, para Baker o discurso tem um papel na investigação da história política. Para ele a autoridade política seria uma questão de autoridade linguística. Além da linguagem, o papel das representações também é importante no esforço de definir a cultura política. Berstein (1998) nota que isso a diferencia de uma ideologia ou um conjunto de tradições. Ele também destaca que a cultura política é um fenômeno evolutivo, além de ter um caráter plural.

[...] a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal a maior parte das vezes expressa sobre a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras chaves, as fórmulas

---

<sup>5</sup> Um dos trabalhos analisados por Rosanvallon e Baker: FURET, F., y OZOUF, M. (eds.): *Dictionnaire critique de la Révolution française*, París, Flammarion, 1988 (*Diccionario de la Revolución francesa*, Madrid, Alianza, 1989).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante. (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Respondendo a objeções feitas a sua definição de cultura política, mencionada anteriormente, Baker (2006) explica a importância da linguagem nas relações políticas. Para ele, os indivíduos se constituem dentro da linguagem, e estão constrangidos por ela. Ele aponta para os jogos de linguagem, onde os agentes estão sempre operando com ela e explorando suas possibilidades e alargando o jogo dos seus significados de acordo com seus interesses. Esse jogo está aberto a atores coletivos e individuais, portanto, é um jogo que os atores não podem controlar na prática os atores que dependem desses significados estão sempre em risco. E, sobretudo, em qualquer sociedade complexa existe mais de um jogo de linguagem.

Ao examinar alguns textos historiográficos que tratam da trajetória de difusão da cultura republicana no Brasil, é possível identificar a importância da linguagem e dos recursos simbólicos nesse processo.

A ideia de progresso é um dos termos que aparecem em textos que tratam do período em que a cultura republicana se expandia.

André Azevedo (2006) destaca a ressignificação do sentido de progresso. Na perspectiva do autor, o termo “progresso” ganhou espaço no último terço do século XIX, devido, entre outros motivos, ao crescimento econômico e tecnológico na Europa. Ele passa a estar cada vez mais relacionado ao melhoramento material. Segundo o autor diferente do que ocorria no império, “com a República a “civilização” deixava de ser o valor fundamental. Este agora passava a ser o “progresso”, que a subordinava ao seu sentido de desenvolvimento material”. (AZEVEDO, 2006, p. 98).

Maria Teresa Chaves de Mello (2007, p. 13) sugere que a ampliação do palco político foi muito importante para o processo histórico que levou a mudança de regime. Ela sugere que “o povo pode ter introjetado uma ideia de crise e decadência através de sinais visuais e auditivos, mesmo até por uma linguagem e semântica novas”. Segundo a autora “as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do império.” (MELLO, 2007, p. 11).

Ao citar a obra *Le Modèle républicain*, Berstein (1998) ilustra vários aspectos das culturas políticas dominantes no momento explicitado na obra, facilitando a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreensão desses elementos que podem caracterizar as culturas políticas. Primeiro ele destaca uma cultura e sua base filosófica, no caso, a cultura republicana com sua base filosófica nas Luzes e no Positivismo; uma perspectiva do passado idealizada e posta, nesse caso, instituída pela herança histórica da Revolução Francesa e com a escolha de um sistema de governo que se adequasse a esse quadro referencial, o regime parlamentar. Por fim entram novamente o papel das linguagens e dos símbolos, onde se estabelecem expressões e códigos, hinos e representações que expressam uma cultura política. A cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro”. (BERSTEIN, 1998, p. 553).

No caso do Brasil é possível identificar a forte mobilização das representações relacionadas a uma determinada expectativa de futuro. A ideia de modernidade parece exprimir essa representação de um futuro que se faz desejável. Segundo Mello (2008, p. 31), o ano de 1870 foi o ano da expansão de uma nova cultura, abrindo caminho para o pensamento republicano, que a autora aponta estar fortemente associado à modernidade. Ela chega a declarar que “*república* foi o nome brasileiro da modernidade.”

Na análise de algumas obras de Aluísio Azevedo, é possível encontrar pistas da formação de uma cultura republicana no Brasil. Ao examinar algumas obras de Aluísio Azevedo como *Casa de Pensão* (1884), observei algumas ideias em conformidade com o positivismo francês de Comte ao longo de sua obra. Essa analogia com o pensamento positivista se deu ao refletir sobre as descrições comportamentais de cada personagem, como o controle dos instintos, as reações a determinadas situações e referências que associavam a ordem ao sucesso. (CRISPINIANO, 2020). De acordo com Giannotti (1978), a defesa do regime republicano foi um dos aspectos das correntes do pensamento positivista.

Muitos daqueles que faziam parte da intelectualidade brasileira compactuavam dessas ideias, criticando tanto a Igreja quanto a monarquia e suas interdependências.

Almeida (2011), que analisou a obra *O Mulato* e *O Cortiço*, também considerou a perspectiva positivista de Aluísio Azevedo, ele destaca a ausência do tema em

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalhos conhecidos<sup>6</sup> a respeito da vida e obra do escritor. Almeida aponta um trecho da obra *O Mulato*, em que, diferente do que ocorre em *Casa de Pensão*, Aluísio deixa explícita a analogia dos personagens com as fases da doutrina positivista.

(...)“Formavam, dizia este último, chasqueando sem tirar o charuto da boca, uma respeitável trindade filosófica, na qual, ali, o senhor Cônego representava a teologia, o senhor Manuel a Metafísica, e ele, Raimundo, a filosofia política; o que aplicado à política, traduzia-se na prodigiosa aliança dos três governos – O papado, o monárquico e o republicano!” (AZEVEDO, 2010, p. 60).

André Azevedo destaca a importância da representação de passado e futuro e como essas ideias eram mobilizadas dentro da perspectiva republicana.

Assim, a dimensão de futuro presente na ideia de progresso vigente na República configurava uma expectativa de advento que mitigava o papel do passado nacional, tido como óbice para um futuro glorioso, que estaria em gestação nos primeiros anos da república. A tradição monárquica no campo da política ou a tradição colonial no campo da arquitetura deveriam ser extirpadas como elementos que impediriam a ruptura que a força do progresso republicano viria a estabelecer, seriam o “velho” sendo derrocado pelo novo, que a nova forma de governo representaria. (AZEVEDO, 2016, p. 89).

Esse redimensionamento da ideia de passado e futuro pode ser percebido ao longo do processo de hegemonização da cultura republicana no Brasil. Ele se expressa de maneira diferente nos diversos nichos da sociedade. André Azevedo destacou o grupo dos engenheiros, porém outro grupo que torna essa relação com o passado e futuro perceptível é o grupo dos literatos.

Ao percorrer o trabalho de Alfredo Bosi, que analisa a história da literatura, é possível verificar que algumas rupturas relacionadas à emergência de uma nova cultura dominante se expressavam no ambiente através de novas modulagens das diversas práticas sociais. De certo modo, pode-se entender que o romantismo foi associado, muitas vezes ao passado, e o realismo e naturalismo a uma visão que ia de encontro ao futuro, ao novo que estava relacionado aos científicismos.

Ao se referir à enxurrada de desdobramentos que afetavam o ideário do último terço do século XIX, Bosi fala sobre uma “nova *forma mentis*”, segundo o autor, percebida com clareza por Silvio Romero. Bosi explica que os compromissos do período romântico “já não bastavam” para atenuar as contradições da sociedade

---

<sup>6</sup>Como Montello (1975), autor que também tem sua produção analisada para o presente trabalho, embora seja outra obra de 1969.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileira do II Império. Segundo o autor “Pelos meados do século, desapareceram em todo o Ocidente os suportes do romantismo passadista”<sup>7</sup>. No Brasil há uma sede do escritor que vai contra o romantismo, pela objetividade, como resposta ao cientificismo das últimas décadas do século. (BOSI, 2006, p. 166-167).

Ao falar sobre a vida de Aluísio Azevedo, Montello (1969, p. 8) demonstra que o escritor pertenceu como “figura destacada. à geração que derrubou a monarquia.”

De acordo com Montello (1969) Aluísio Azevedo nasceu em São Luís do Maranhão em 14 de abril de 1857, filho do vice-consul português, David Gonçalves de Azevedo e de Emília Amália Pinto de Magalhães.

Segundo Salles (1973) em 1876, Aluísio decidiu embarcar para o Rio de Janeiro para estudar artes. Seu Irmão, Arthur Azevedo, já estava no Rio de Janeiro e já tinha uma carreira junto à imprensa, o que contribuiu para o ingresso de Aluísio na imprensa também. Com a morte de seu pai, Aluísio precisou voltar para o Maranhão.

Através da experiência de Aluísio Azevedo, é possível perceber um pouco dessa “sede” do escritor, mencionada por Bosi, que vai contra o romantismo, pela objetividade.

De acordo com Sales (1973), Aluísio Azevedo chegou a escrever livros que não se diferenciavam da escrita romântica da época, como *Uma Lágrima de Mulher*, seu primeiro romance.

Mas é com a publicação de *O Mulato* (1880), livro que já se diferenciava em vários aspectos da escrita romântica, que Aluísio é reconhecido o suficiente para decidir voltar para o Rio de Janeiro. Além disso, outro fator que pode ser apontado como uma das motivações para uma boa recepção do livro no Rio de Janeiro é a defesa de valores identificados na cultura republicana. Um cônego aparece como uma espécie de vilão da história que é contra um casamento devido ao fato do rapaz ser filho de uma escrava, enquanto a moça era branca, o que demonstra uma tendência do autor para a defesa de ideias abolicionistas e a crítica à igreja.

Ao observar o efeito da publicação de Aluísio Azevedo em 1880, é possível identificar essa mudança em relação ao romantismo. Devido às muitas críticas à sociedade de São Luís do Maranhão, local onde se ambientava a trama, o livro causou

---

<sup>7</sup> Embora segundo Bosi, e já citado anteriormente neste trabalho, a agressividade romântico-liberal das classes médias contra o mundo dos altos negócios tenha se canalizado para o socialismo.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma imensa repercussão tanto negativa quanto positiva para o autor. Em São Luís, a obra provocou tal revolta que “[...] um foliculário local chegou a recomendar ao romancista que se dedicasse a lavoura em vez de escrever livros. Por outro lado, no Rio de Janeiro, tantos aplausos da imprensa estimularam o autor a voltar para o Rio. Ele passou a escrever folhetins, e ensaiar o teatro em peças de relativo êxito, sozinho ou em parceria com seu irmão Arthur ou com Emílio Rouède.” (MONTELLO, 1969, p.7).

Para Botella, citado por Nespoli, a permanência de um conjunto de valores sobre uma sociedade tem a ver com uma ação cotidiana de um grupo dominante:

Sendo assim, o predomínio de um determinado corpus de ideias em uma sociedade está ligado à existência de um determinado grupo dominante, que opera através do Estado e de seus aparelhos privados de hegemonia. Neste Sentido, a cultura política assume a forma de longa duração não porque ela está enraizada no inconsciente da população, de forma naturalizada, mas porque resulta da ação contínua e cotidiana de uma série de organizações da sociedade civil no sentido de reafirmar um determinado conjunto de valores e concepções. (BOTELLA, 1997 apud NESPOLI, 2015).

No Brasil destaca-se a ação de diversos grupos antes que a cultura republicana se instituisse em um regime correspondente, ou seja, antes da República ser estabelecida no Brasil. Mello demonstra a ação significativa de grupos da sociedade civil também fora do parlamento, seu palco eram as ruas, nesse sentido ela destaca a cultura oral, e os diversos recursos que atingiam não somente a população letrada, mas expandiam sua mensagem para aqueles que não podiam ler. A autora destaca a rua, especialmente, a Rua do Ouvidor, pois apesar das ideias serem divulgadas comumente através da imprensa e da literatura, os usos desses materiais permitiam uma recepção mais ampla. Sobretudo a leitura desses textos em voz alta permitia que indivíduos não alfabetizados não apenas ouvissem, mas reproduzissem o conteúdo desses materiais. Além disso, os discursos e debates de diversos atores da sociedade marcavam o ambiente da rua do ouvidor. Outros recursos interessantes auxiliaram na ampla divulgação de ideias republicanas, como o teatro e a revista ilustrada, muito utilizada na época. A autora destaca a opinião pública, o envolvimento da população, pois segundo ela a rua “retirou certos temas de um círculo restrito e fechado e a jogou na praça pública, percebida agora como a verdadeira representação nacional”. (MELLO, 2007).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Também é interessante destacar a ligação entre os jornais e a literatura, que também podia ser usada como forma de divulgação de valores republicanos. A obra *Casa de Pensão*, já citada anteriormente, foi primeiramente publicada em folhetim na *Folha Nova* em 1883, e depois em volume em 1884. Uma referência direta ao republicanismo aparece na história de uma das personagens do livro *Casa de Pensão*, demonstrando os diálogos entre História e literatura. Trata-se de Mme. Brizard, uma senhora de 50 anos, cuja descrição inclui o fato de que viera ao Brasil ainda jovem com seu marido estrangeiro e republicano, devido a perseguições políticas: “Aí lhe apareceu então Mr. Brizard, homem de talento, político e escritor, grande republicano. A subida de Luís Felipe ao trono atirou com ele ao Brasil, onde se fez hoteleiro.” (AZEVEDO, 2006, p. 92).

Voltando ao caráter plural da cultura política, apontado por Berstein (1998), segundo o autor, como já citado, podem existir mais de uma cultura política em uma mesma nação, ele exemplifica ao apontar as culturas de elite e de massa, por exemplo. Embora sejam culturas diferentes podem partilhar valores, o número de culturas que compartilham esses valores pode aumentar até que se possa identificar uma cultura política dominante.

Berstein (1998) também aponta que o estudo da cultura política pode se mostrar muito importante também no estudo do indivíduo, por ser um fenômeno individual e ao mesmo tempo coletivo, visto que a cultura política resulta das experiências vividas e influem na ação futura do indivíduo.

Esse compartilhamento de valores, embora não necessariamente de uma cultura como um todo, como citado por Berstein, pode ser uma hipótese pra explicar o que ocorria no Brasil com os jornais da Corte na década de 1880.

Segundo Mello (2007), embora hoje, ao ler os jornais mais difundidos daquela época tenha-se a sensação de que a imprensa era quase toda republicana, na verdade, declaradamente republicanos eram apenas alguns. Outros jornais como *O País* se declaravam neutros. Ainda de acordo com a autora até grande parte da década de 1880 não era fácil distinguir nitidamente um liberal radical e um republicano.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Bosi (2006, p.166), no Brasil, na década de 1870, “as magras classes médias locais” estavam em busca daquilo que já havia sido conquistado na Europa e Estados Unidos, que segundo Bosi seria, “em última análise, a luta democrática.”

É interessante destacar que, na verdade, não necessariamente aqueles que contribuíram para hegemonia da cultura política republicana buscavam fazê-lo, vários desses agentes buscavam o favorecimento de determinados valores que culminaram em uma cultura hegemônica. No caso brasileiro pode-se citar os valores democráticos, o abolicionismo, valores relacionados ao livre pensamento e ruptura com a igreja, o capitalismo e o que de acordo com Mello foi a base para o alcance da República, as ideias liberais em geral.

A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito por que inovaram mais nas teses e na forma do que nos temas, a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela reorganização da tradição liberal, por exemplo, que se montou outra narrativa da nação.” (MELLO, 2007, p. 11).

Em *Casa de Pensão*, Azevedo (2006, p. 18) expressa o seu pensamento instigado pelas ideias da modernidade, através da crítica aos costumes brasileiros, que advinham do seu histórico escravista e que naquele momento eram reconhecidos como “costumes bárbaros”: “Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único capaz de ‘endireitar os filhos’”. Este trecho refere-se à dura educação dispensada às crianças na província do Maranhão, educação a qual o autor atribui à responsabilidade da formação de um caráter sonso e contido do personagem Amâncio.

O trabalho de Mello demonstra a importância da crise de uma cultura anteriormente estabelecida, a frustração ou insatisfação com valores anteriores, ou ainda as contradições que muitas vezes a permanência de determinadas ideias oferecia diante de novos cenários. Isso também é importante para a criação de um “solo fértil” para a difusão de novas concepções de mundo e novas possibilidades.

De acordo com Mello (2007, p. 8), foi uma deslegitimação da Monarquia que criou certa “disponibilidade afetiva para aceitar os “rumos da história”, que indicavam, no Brasil, a forçosa instalação de uma sociedade democrática e capitalista. A

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

propaganda, a literatura e a imprensa conseguiram fazer derivar essa sociedade do regime republicano”

Pode-se concluir que os debates de caráter epistemológico entre os produtores do conhecimento histórico são muito importantes para o desenvolvimento da historiografia. Novas demandas surgiram em resposta à lacunas apontadas nos modos de fazer História, e os esforços no sentido de criar novas perspectiva resultaram em produções importantes que marcaram a historiografia. Porém a preocupação com determinadas questões, e a priorização de suas resoluções abriu brechas para novos problemas que apareceram depois. O grande alcance das perspectivas assinaladas pelo movimento dos *Annales* pode ter limitado a produção historiográfica, encorajando entre os historiadores certo afastamento, ainda que não por completo, da prática da história política.

É nesse liame que a necessidade de novos debates se impôs, porém no sentido de um resgate da prática da história política sem, entretanto, perder de vista, os sucessos alcançados pelos apontamentos dos últimos anos.

O novo desafio era encontrar os meios para essa renovação cautelosa da história política. Nesse contexto, justamente com uma das práticas forjadas pelos *Annales*, relacionada à suavização das fronteiras entre as áreas, é que a chave da cultura política surgiu. Com significados e aplicações diferenciadas na área das ciências sociais, esse conceito foi apropriado pelos historiadores e remodelado no sentido de atender as novas demandas.

As grandes mudanças de caráter político na própria sociedade também foram fatores que encorajaram o processo de renovação da história política.

Ainda que na mesma área, os resultados apontados neste trabalho, demonstram a versatilidade do conceito de cultura política e as diferentes formas de aplicação do termo, que de uma forma ou de outra trouxe resultados interessantes para o desenvolvimento da historiografia.

### **Referência:**

ALMEIDA, Rodrigo Estramanho de. *Crítica, romance e positivismo em Aluísio Azevedo*. In: Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 26-29 de julho de 2011, p.3.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ASSIS, Machado. *O Quincas Borba*. 2010, p.19.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ed. Escala Educacional, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2016.

BAKER, Keith M. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*. Madri, 62/2006 (2): 89-110.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOSI, Alfredo. *O Realismo*. In: História concisa da literatura brasileira. São Paulo, 43ªed. Cultrix, 2006, pp. 163-256.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Editora Unesp: São Paulo, 1997.

CRISPINIANO, J. R. (2020). *Casa de Pensão: percepções a respeito do Rio de Janeiro no último terço do século XIX*. (Mestrado em História Social) Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. Recuperado de <http://ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=dissertacoes#>

GIANNOTTI, José Arthur. Comte, Auguste, 1798-1857. In: *Os Pensadores*. Abril S. A São Paulo, 1978, p. 277.

MELLO, Maria, T, C de. *A modernidade republicana*. 2008.

Mello, M. T. Chaves de. P. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do século do Império*. Rio de Janeiro Ed. FGV; Ed. Da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007 244p.:il.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *História e Cultura*, Franca, v. 4, nº 1, p. 361-376, mar. 2015.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A.; TETARD, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ROSANVALLON, Pierre; Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, n. 3, v. 15, 1995, p. 09-18.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense. p. 13-23. 1999.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. Tradução.

Xavier Gil Pujol. “Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política”. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna*. Barcelona: Publicacions Edicions de le Universitat de Barcelona, 2006, p. 73-112.